

EDUCAÇÃO E TRABALHO ALIENADO: RELAÇÕES ESTREITAS

Marielle Zazula¹ – UNICENTRO
Mariana Prado Guaragni² - UNICENTRO

Resumo:

O presente artigo apresenta uma tentativa de trazer a debate reflexões sobre o trabalho, a partir de uma perspectiva marxista, tentando explicitar o que consiste para Marx em trabalho alienado. Buscamos também discutir aspectos da alienação e fragmentação da consciência do trabalhador no modo de produção capitalista, para em seguida entrarmos na discussão referente ao papel social desempenhado atualmente pela educação neste contexto. Para tanto foi necessário buscar uma definição sobre educação, considerando que ao mesmo tempo em que transmite os conhecimentos historicamente acumulados pelo homem, ela atua ideologicamente, seja através do currículo, ou devido ao fato de muitas vezes, não possibilitar aos educandos questionarem o *status quo* vigente, ou mesmo quando a escola transmite as crenças do arranjo social existente como bom e desejável. A correlação que faremos entre o trabalho, trabalho alienado e educação se dá diante do vislumbamento de uma sociedade fundamentalmente contraditória, que coloca educação escolar como meio de socializar conhecimentos que cooperem para a inserção do trabalhador, no processo de valorização do capital. Para tanto utilizamos a concepção de alguns autores, a saber: Marx e Engels, Gramsci, Silva, Paro, Brandão, Lessa e Tonet, Bourdieu e Mészáros.

Palavras-chave: Educação.Capitalismo.Trabalho.Trabalho alienado.

Introdução

Vivemos em uma sociedade regulada pelo capital, onde o trabalho esvaziou-se de seu sentido primitivo e primordial, o de garantir essencialmente a subsistência humana. Hoje, o significado do trabalho consiste no acúmulo de riquezas para alguns, a partir da expropriação do trabalho do outro. O trabalho perdeu sua característica enquanto atividade transformadora e humanizadora, através da qual o homem transforma a natureza ao seu redor e ao mesmo tempo modifica a si mesmo, aprendendo através da ação efetivada. O trabalho alienado,

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), e Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Unicentro.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), e Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Unicentro.

repetitivo e técnico, resultante do modo de produção capitalista não provoca a reflexão do indivíduo, não consiste, portanto, em uma atividade efetivamente transformadora.

Vale lembrar que o capital na contemporaneidade atua de forma livre sobre todos os setores da sociedade, dessa forma ele dita suas regras e submetendo a sociedade global à sua lógica, torna-se o grande “dono” do destino de milhões de pessoas que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Para atender a esse modelo de desenvolvimento produtivo acelerado, gerando a mais-valia aos capitalistas, milhões de pessoas no mundo entregam-se a um trabalho fatigante, extensivo, precário, alienante, que expropria toda energia do ser humano. Cabe ponderar que enquanto desenvolve estas atividades, contra sua vontade ou com sentimento de desprazer, está deixando de realizar outras atividades, que poderiam ser recompensadoras e agradáveis como leituras, arte e passeios, e que poderiam propiciar crescimento ao homem enquanto ser humano efetivo.

Consequentemente, as mazelas do sistema capitalista presentes nas relações de trabalho também deixam seus traços na educação. A preparação do homem para o mercado de trabalho está assegurada a partir das novas formas de produção de conhecimento como, por exemplo, o avanço tecnológico e a globalização do capitalismo, que corroboram para a criação de um perfil profissional adequado as necessidades do mercado, e dá condições para sua preparação através de atitudes, habilidades, conhecimentos e comportamentos, tudo isso com auxílio de um possível instrumento ideológico a seu favor: a escola.

Neste esboço buscamos subsídios em Marx e Engels para compreendermos as relações de trabalho no modelo capitalista, notadamente através do trabalho vendido, alienado, a forma preponderante de trabalho na atual conjuntura, que pode estar integrado tanto de forma direta ou indiretamente ao modelo de educação atual.

Neste contexto, pretendemos de algum modo, contribuir às discussões referentes ao papel social exercido pela educação, no âmbito desta sociedade que, mesmo muitas vezes não aparentando, é regida pelos preceitos do capital. Se conseguirmos acender um mínimo que seja, de dúvidas e questionamentos em se tratando das relações acerca da educação e trabalho em nossa sociedade, o objetivo deste rascunho terá sido alcançado.

Considerações sobre o trabalho humano

O trabalho se efetiva enquanto característica essencialmente humana, através da qual o homem transforma a natureza ao seu redor, a matéria contida nela, com a utilização das mãos

ou de ferramentas e ao mesmo tempo se transforma, modificando sua consciência e aprendendo através da atividade laboral. Segundo Marx e Engels (1985) o trabalho entendido como uma atividade adequada a um fim é o que nos torna essencialmente humanos, e, que nos diferencia dos animais, pois estes procuram apenas a satisfação das necessidades biológicas. O homem adapta a natureza a si mesmo segundo as suas necessidades a partir do trabalho.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho [...]. (MARX & ENGELS, 1985, p. 149-150).

Como afirma Engels (1876) a atividade do trabalho teve um papel primordial no desenvolvimento da mão e, por conseguinte, de todo o corpo dos antepassados primitivos do homem, o que nos leva a crer que ele desempenhou uma função ímpar na transformação dos seres primitivos mais longínquos, no homem que conhecemos e que somos hoje. Com as mãos o homem transformou uma simples pedra em um objeto cortante ou perfurante, dando-lhe aspecto de lança e utilizando-o como instrumento de caça. O ato humanizado satisfaz uma necessidade: a de matar a fome. Esse ato se deu através de outro elemento envolvido, ou seja, a atividade mediadora que gerou a produção de instrumentos. Só o homem tem a capacidade de transmitir as descobertas efetuadas a partir das necessidades e através do trabalho, para os outros membros de seu grupo, este processo ocorre pela educação.

Para Marx e Engels (1985) o processo de trabalho seria composto por três elementos: objeto, instrumento e força de trabalho. O primeiro e o segundo caracterizam as condições objetivas do trabalho sendo eles os meios para que possa haver a produção já o terceiro caracteriza a força de trabalho subjetiva onde o próprio homem controla e dirige intencionalmente o trabalho.

O objeto sofre a ação do trabalho e consecutivamente é o que será transformado e incorporado ao produto final. O instrumento é o meio utilizado para transformar o objeto de trabalho, através da mediação entre o homem e o objeto. E a força de trabalho é a capacidade humana do trabalho, ou seja, a energia própria da sua natureza humana.

No processo de trabalho o homem não transforma apenas a natureza através da relação que estabelece com ela, mas transforma também a si mesmo e aos outros homens. Os seres humanos satisfazem as suas necessidades à medida que compartilham com outros seres humanos os produtos do seu trabalho, e vice versa. Supridas as necessidades primárias, surgem outras necessidades criadas pelos próprios homens, assim, as relações de produção tornam-se cada vez mais complexas.

Cada modo particular de organização social do trabalho origina um determinado modo de produção. O trabalho da coleta fundou o modo de produção primitivo, assim como o trabalho escravo constituiu o escravismo e o trabalho servil deu origem ao feudalismo. Atualmente temos o emprego do trabalho assalariado que constitui o sistema capitalista (LESSA & TONET, 2012).

Na nossa pré-história, com a forma de trabalho baseado na coleta de alimentos para a subsistência das tribos ou grupos de pessoas, apesar dos limites tecnológicos e do escasso desenvolvimento das ferramentas, havia uma cooperação entre os membros do grupo na hora do trabalho. A partir da divisão de tarefas, o que era “produzido” acabava sendo dividido entre todos os integrantes, pois não havia a divisão social em classes, assim todos tinham acesso ao que era coletado.

Na medida em que os humanos primitivos iam realizando a coleta, foram descobrindo novos modos de retirar da natureza, de forma cada vez mais eficiente, o que precisavam. As forças produtivas estavam se desenvolvendo. Há mais ou menos 10 mil anos esse desenvolvimento das forças produtivas deu um salto de qualidade, um salto ontológico: foi descoberta a semente. Com a semente surgiu a agricultura e as comunidades foram se transformando de nômades em sedentárias. Isso também possibilitou o desenvolvimento da pecuária. (LESSA & TONET, 2012, p. 12).

A descoberta da semente caracterizou inúmeros avanços no desenvolvimento do trabalho, pois com a colheita o homem retirava da natureza apenas o essencial para sua sobrevivência. A partir do momento em que começa a plantar, os grupos passam a residir em um mesmo local de terra. Com isso, inicia-se a domesticação de animais, o que mantém a caça próxima e evita a necessidade de gastar tempo com esta atividade. Além disso, o homem começa a produzir, através da propriedade da semente, além do necessário a sua sobrevivência. “O surgimento do trabalho excedente fez com que pela exploração do trabalho alheio, se obtivesse muito mais que pelo próprio trabalho” (LESSA & TONET, 2012, p. 12). Assim tornou-se rentável para o homem, explorar o trabalho dos outros indivíduos para obter mais que necessitava para sobreviver. Assim se iniciou a divisão social em classes.

As relações sociais advindas do trabalho e a divisão social de classes

É a partir do trabalho que as relações sociais, com o decorrer do tempo, vão se estabelecendo, e as necessidades dos homens tornam essas relações mais complexas. Nesse sentido as relações sociais e de produção se inserem na sociedade de forma indissociada.

Na produção o homem age não só sobre a natureza, mas também sobre si mesmo e também sobre outros seres humanos com os quais se relaciona. Nessa produção ele contrai relações sociais determinadas, criando vínculos entre os homens. Tais relações também se modificam conforme se modificam os meios de produção:

As relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, é, na verdade, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com caráter próprio, diferenciado. (MARX, 2006, p. 47).

Essas relações sociais estabelecidas, junto ao processo de produção, engendraram muitas modificações em nossa sociedade. Um exemplo é a produção do trabalho excedente, ou seja, o trabalho além do necessário para a subsistência é um exemplo dessa relação de produção, estabelecida com as relações sociais.

Na produção de trabalho excedente, segundo Marx e Engels (2008), a classe detentora dos meios de produção, expropria constantemente a outra classe, constituída por aqueles que não detêm a propriedade privada, o proletariado, uma vez que se apropria do seu trabalho, do trabalho do outro, para a obtenção de lucros.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constringidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX & ENGELS, 2008, p. 19).

Desta maneira, o proletariado depende estritamente da venda de sua única propriedade, a força de trabalho, para conseguir sobreviver. Porém a venda de seu trabalho denota na venda de si próprio, de sua capacidade humana de transformar a natureza gerando a mercadorização do homem. Nesse sentido, o homem se constitui uma mercadoria quanto mais mercadorias produz.

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. (MARX, S. A., p. 3).

A venda do trabalho significa não apenas vender a capacidade de trabalhar, ou a força empregada no trabalho. A venda do trabalho implica, sobretudo na venda da atividade exclusivamente humana de raciocinar, de planejar o que será feito e só então desenvolver o planejamento elaborado, através do trabalho. O trabalho não se resume na atividade técnica desenvolvida pelo homem. O trabalho é trabalho desde o momento que o sujeito racionaliza sobre o que irá desenvolver, planeja os métodos de como desenvolverá e só então pratica o que estava mentalmente planejado, a este processo denominamos de objetivação, que se expressa no momento em que o homem exterioriza, ou materializa, transformando em objeto concreto, aquilo que estava a priori subjetivo em sua consciência. Só o homem tem essa capacidade, de transformar, de tornar concreto, palpável e real aquilo que estava em forma subjetiva no seu pensamento e diferentemente do animal, é consciente.

O homem, porém, faz de sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. Ele tem uma atividade vital consciente. Ela não é uma prescrição com a qual ele esteja plenamente identificado. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais: só por esta razão ele é um ente-espécie. Ou antes, é apenas um ser auto-consciente, isto é, sua própria vida é um objeto para ele, porque ele é um ente-espécie. Só por isso, a sua atividade é atividade livre. (MARX, S. A., p. 9).

De acordo com Marx, quando o sujeito produz algo e, uma vez que, nesse ato de produzir ele torna o que era pensamento consciente em objeto concreto, o homem se exterioriza através deste processo, ou seja, através do trabalho

No objeto produzido está impregnada a essência do homem, como se o homem tornasse a sua consciência exterior a ele, através do produto e contida no produto. O sujeito então se reconhece naquilo que produziu, quando olha o objeto, que outrora foi planejado em sua consciência e exteriorizado através do trabalho, e percebe que agora pode pegá-lo.

No entanto, quando o trabalhador, no modo de produção capitalista, vende seu trabalho para o patrão, esse processo se inverte, o trabalho se torna alheio ao seu produtor e o trabalhador não mais se reconhece em seu trabalho. Este processo é definido por Marx como alienação do trabalho.

Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se opõe como um ser estranho, como uma força independente do

produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação. (MARX, S. A., p. 3).

Quando uma das classes sociais (burguesia) se apropria do trabalho da outra classe (proletariado), o trabalho deixa de ser transformador da consciência do trabalhador. No trabalho efetivo o trabalhador se reconhece em seu trabalho, porém no trabalho vendido, alienado, o trabalho significa a fragmentação do homem e de sua consciência. O produto resultante do trabalho se defronta como um ser alheio, independente do produtor, uma vez que mesmo antes de ser produzido, já está destinado ao outro, ao capitalista, para obtenção de lucro, de capital.

No entanto, afirma Marx, aquilo que é essencial à vida, o trabalho, é justamente o que os trabalhadores vendem para viver, ou seja, a atividade vital passa a ser um meio de existência. O trabalho não passa a ser a vida, mas um sacrifício da vida.

Alienação do trabalho

No processo de trabalho o homem atua sobre a natureza de forma natural, “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX & ENGELS, 1985, p. 202). Assim, ao produzir meios de intercâmbio com a natureza, buscando suprir suas necessidades, os homens continuamente modificam suas condições de existência.

O trabalho livre pensado por Marx difere do trabalho alienado. O trabalho livre, criador “só se realiza mediante a conjugação dos três elementos: força de trabalho; meios de trabalho; objetos de trabalho”. (KLEIN, 2011, p. 11). Já o trabalho alienado consiste na apropriação do trabalho alheio, por outrem, onde o mesmo deixa de servir apenas para a subsistência.

Na propriedade privada dos meios de produção, o trabalhador é expropriado de tais meios, restando-lhe apenas a força de trabalho, inerente a sua natureza humana. Nessa condição, o trabalho assalariado significa a subordinação ao dono dos meios de produção, para a realização de um trabalho alienado.

Nesta perspectiva, podemos nos questionar através da seguinte pergunta: em que consiste a alienação do trabalho? Marx nos explica.

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato, de logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. (MARX, S. A., p. 6).

O trabalho alienado, a forma de trabalho predominante na sociedade capitalista, implica na separação entre o trabalhador e o que ele produz. Antes mesmo de se iniciar a fabricação da mercadoria, ela já não pertence àquele que a produzirá, todavia pertence a outro, que não desenvolve o trabalho produtivo, mas que se apropria do objeto do trabalho alheio e em troca lhe paga um salário. O salário é a quantidade necessária para a manutenção da classe proletária, é o pouco que ela necessita para se manter e continuar existindo, pois numa sociedade de classes, como é o caso do capitalismo, é necessário a predominação de uma classe que necessite de emprego, e que precise vender sua força de trabalho. O salário é a quantia necessária para a manutenção da classe operária e uma vez que o trabalhador foi reduzido à condição de força de trabalho, o salário designa o valor equivalente ao valor do homem enquanto mercadoria, visto que, o valor da mercadoria é sempre determinado pelo preço da sua produção, o salário se constitui na quantia necessária para a sobrevivência e perpetuação do proletariado.

O trabalho alienado representa a negação do homem. Enquanto atividade efetiva, o trabalho é transformador, o homem cria o objeto de que necessita, produzindo-o desde o início, desde que está planejado em sua consciência até a objetivação final, quando conclui o produto. Desta maneira o indivíduo se reconhece em sua produção. No trabalho alienado isso não ocorre. Neste tipo de atividade, o indivíduo nega a sua condição humana, fragmenta sua consciência, não produz o objeto completamente, desempenha atividades repetitivas, sem a necessidade de raciocinar. O trabalho consiste em atividade mecânica, fragmentada, repetitiva. O trabalhador efetua apenas uma parte do trabalho, não tem domínio sobre o processo completo. Como supõe Marx, o operário moderno virou refém da máquina.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, concentrados na fábrica, são organizados militarmente. Eles são colocados como soldados rasos sob a supervisão de uma hierarquia inteira de sub-oficiais e oficiais. Não são apenas serviçais da classe burguesa, do Estado Burguês; são oprimidos todos os dias e horas pela máquina, pelo supervisor e, sobretudo, pelos próprios donos das fábricas. Tal despotismo é tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, quanto mais abertamente proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo. (MARX & ENGELS, 2008, p. 20).

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o trabalho alienado nega a essência humana. O trabalho é expropriado do trabalhador para a obtenção de lucro do capitalista, não serve mais às necessidades humanas, mas exclusivamente ao capital. O trabalho não mais transforma a consciência do homem, mas a aliena, na medida em que são desenvolvidas atividades repetitivas e fragmentadas.

Diante das considerações acima elucidadas, cabe-nos refletir acerca de como o processo educativo se relaciona com a forma adotada de trabalho no modo de produção capitalista. Para tanto, se faz necessário relatarmos sob quais perspectivas concebemos a educação no interior da sociedade atual.

A educação in loco no modelo educacional vigente

Assim como o trabalho, a educação é uma instituição social de grande importância para a sociedade como um todo. Mas para compreendermos um pouco melhor é necessário demarcarmos, no que consiste a educação em uma sociedade. Brandão (2005) já havia se questionado neste mesmo aspecto. Para ele:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 2005, p. 4).

A educação é um meio pelo qual é transmitido e retransmitido socialmente a cultura, as criações, crenças, saberes, enfim toda a gama de conhecimentos e compreensões sobre tudo o que existe em uma determinada sociedade, num determinado período de tempo. Se não houvesse educação, a história da humanidade seria rompida drasticamente, e portanto, todo o

saber historicamente acumulado se perderia. À educação enquanto atividade humana cabe o papel de repassar, ou mesmo transmitir às gerações subseqüentes tudo aquilo que foi criado pelo homem, todo o saber científico, artístico, cultural e social, com vistas a efetivar a humanização do homem, uma vez que, o homem não nasce humano, mas se humaniza socialmente.

Paro (1999) corrobora com Brandão, no sentido de que o homem estabelece contato com a natureza, de forma a produzir conhecimentos, artes, valores, que denominamos como saber historicamente produzido. Para que todo este saber não se perca, é necessário que seja transmitido a cada nova geração. Este processo é realizado por intermédio da educação, através da qual, o saber historicamente produzido é apropriado por toda a sociedade. Assim a educação é imprescindível para o prosseguimento da história do homem. Como os conhecimentos produzidos por toda a história humana são vastos e incalculáveis, cabe à escola selecionar – através do currículo – quais conteúdos serão transmitidos às crianças, adolescentes e a sociedade em geral.

De acordo com Silva (2010), o currículo de toda instituição escolar, designa uma seleção de um universo amplo de saberes e conhecimentos selecionados para comporem o mesmo. Uma vez que “um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo” (SILVA, 2010, p. 15), na elaboração de tal documento que norteia as atividades escolares intencionalmente, é sempre levado em conta o questionamento: qual é o tipo de pessoas que se deseja para um determinado tipo de sociedade?

Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista da educação? Será a pessoa otimizadora e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizadas nas teorias educacionais críticas? A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. (SILVA, 2010, p. 15).

Antes da elaboração do currículo utilizado na instituição escolar, currículo este que determina como deve dar-se a educação nesta ou naquela escola, é sempre pensado e “determinado” que tipo de pessoa se almeja para a sociedade em questão. A resposta a este questionamento delineará a escolha dos conhecimentos ou “conteúdos” a serem transmitidos pela instituição escolar. Nesta perspectiva, podemos constatar que a escola não transmite apenas conhecimentos historicamente acumulados, para que os mesmos não se percam. A escola transmite tais conhecimentos, porém, ao mesmo tempo em que repassa estes saberes socialmente acumulados e, na medida em que seleciona quais conhecimentos devem ser e

quais não devem ser repassados, a escola transmite ideologia. Além de transmitir conhecimentos a escola se constitui, portanto, em um aparato ideológico de Estado.

Assim, a educação institucionalizada atualmente, se desenvolve segundo um processo que vai além da transmissão dos saberes historicamente produzidos, ela está fundamentada segundo o processo econômico da sociedade. Nesse processo, os fins gerais da educação determinam as possibilidades educacionais, a partir das “normas” ditadas pelo mundo material. (VIEIRA PINTO, 1989).

A educação poderia ser uma ferramenta de transformação para engendrar mudanças, porém transformou-se um instrumento a favor da sociedade capitalista. A escola está incumbida de: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, e também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15)

Esperar uma modificação nos ideais educacionais seria algo utópico, tendo em vista a necessidade da preparação da mão de obra com o mínimo de “qualificação”, exigida pelo mercado de trabalho atual, a perpetuação deve prosseguir sob o domínio do capital, para que desta maneira, o modo de reprodução social dominante não se acabe.

Educação e preparação para o trabalho alienado

Para compreender de fato, de que forma a educação institucionalizada está à mercê dos ideários capitalistas no sentido de sua reprodução, iniciamos com uma citação de Mézáros que elucida um pouco isso:

A educação institucionalizada especialmente nos últimos 150 anos serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a maquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35)

As instituições de ensino foram adaptando-se no decorrer do tempo de acordo com as modificações do sistema capitalista e suas determinações reprodutivas. Essas modificações sempre estiveram integradas na totalidade com os processos sociais, e que não podem funcionar adequadamente se não tiverem uma relação intrínseca com as determinações educacionais da sociedade como um todo.

Mészáros (2008) diz que as instituições formais de educação são importantes para o sistema global de internalização³, ou seja, através dela os indivíduos conceberiam parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital e seriam induzidos a uma aceitação ativa dos princípios orientadores dominantes na própria sociedade.

Silva (2010), baseado na concepção de Althusser, corrobora que a educação escolar assim como a educação familiar são mecanismos de transmissão de ideologia, da qual o estado burguês se apropria para transmitir aos indivíduos desde a mais tenra idade a crença de que o capitalismo é uma sociedade desejável.

[...] a permanência da sociedade capitalista depende da reprodução de seus componentes propriamente econômicos (força de trabalho, meios de produção) e da reprodução de seus componentes ideológicos. Além da continuidade das condições de sua produção material, a sociedade capitalista não se sustentaria se não houvesse mecanismos e instituições encarregadas de garantir que o *status quo* não fosse contestado. Isso pode ser obtido através da força ou do convencimento, da repressão ou da ideologia. O primeiro mecanismo está a cargo dos aparelhos repressivos de estado (a polícia, o judiciário); o segundo é responsabilidade dos aparelhos ideológicos de estado (a religião, a mídia, a escola, a família). (SILVA, 2010. P. 31).

Segundo Silva (2010) a ideologia designa na transmissão de crenças que nos induzem a aceitar as estruturas sociais capitalistas como adequadas, boas e desejáveis. Na escola não somos ensinados a contestar, a questionar o que nos é imposto, somos induzidos a crer ceticamente naquilo que a figura do professor nos oferece como verdades absolutas e imutáveis. A própria configuração hierárquica da escola reproduz os quadros do sistema capitalista, onde há os que comandam e os que realizam, aqueles que impõem verdades e aqueles que não devem questionar. Impregnada nestes conhecimentos impostos hierarquicamente, está a ideologia. A produção e disseminação da ideologia é realizada,

[...] pelos aparelhos ideológicos do estado, entre os quais se situa, de modo privilegiado, na argumentação de Althusser, justamente a escola. A escola constitui-se num aparelho ideológico central porque, afirma Althusser, atinge praticamente toda a população por um período prolongado de tempo. (SILVA, 2010, p. 31).

Paro (1999) nos faz crer que, o que aparece como fundamental em relação à educação, é a preparação para o mercado de trabalho ao invés da formação sólida, crítica e humanitária que permita ao ser, perceber as relações contraditórias da sociedade atual podendo de algum modo nela intervir. Neste contexto torna-se fundamental, questionarmos se a escola deveria

³ Ver mais sobre o conceito na Obra: Educação para Além do Capital – István Mészáros.

ater-se com tanta ênfase a esta tarefa⁴. O autor chama atenção para o mito de que as pessoas não conseguem trabalho devido a pouca escolarização, como se coubesse a escola a responsabilidade de não haver uma quantidade de empregos que asorva a todos os trabalhadores, quantidade de emprego esta que, devido à crise do capital, o capitalismo não consegue criar. Esse discurso ideológico afirma que as pessoas estão em determinada posição social devido a sua pouca escolarização e não evidenciam que isso é resultado das injustiças intrínsecas à sociedade capitalista.

Servir ao capital tem sido [...] o grande erro da escola básica, cujas funções têm sido subsumidas pela preocupação de como levar os alunos a um trabalho futuro. A situação seria diversa, é lógico, se ela o fizesse de uma forma crítica, de tal sorte que os educandos fossem instrumentalizados intelectualmente para a superação da atual organização social que favorece ao trabalho alienado. Assim, a escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho, não quando tenta diretamente formar profissionais para exercer suas funções no sistema produtivo, mas quando deixa de lado suas outras funções sociais relacionadas a dotação de um saber crítico a respeito da sociedade do trabalho alienado, pois não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele. Neste sentido, a escola capitalista, porque sempre preparou para viver na sociedade do capital sem contestá-la, sempre preparou para o trabalho. Muito antes de transformar tudo em custo e benefício [...] a escola já cumpria este papel. Talvez agora, quando esta função mais se explicita, seja o momento mais adequando para o momento contrario. Mas é preciso, antes de mais nada, partir da constatação de que preparar para o trabalho tem sido preparar para o mercado, ou seja, para o trabalho alienado. (PARO, 1999, p. 9).

Neste sentido, uma vez que a escola não ensina os alunos a questionarem a sociedade na qual vivemos e impõe “crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis” (SILVA, 2010, p. 32) ela reproduz as desigualdades, a exploração e prepara para o mercado individualista e competitivo ou para o trabalho alienado.

De acordo com o pensamento de Bourdieu (2001) o grau de escolaridade alcançado pelos estudantes, depende fortemente do nível de escolarização, ou nível cultural de que advém a família destes educandos, pois quanto mais contato o sujeito estabelece com atividades relacionadas às artes, teatro, música, pintura, antes da entrada na escola, ela terá maior “capital cultural”, que a favorecerá nos estudos, uma vez que a cultura da escola é a cultura da classe dominante. Neste contexto se analisa também a dominação da língua escolar, que só é língua materna para as crianças oriundas da classe culta, mas que se constitui em fator principal na avaliação escolar, efetuada pelos professores.

⁴ a preparação de mão de obra para o mercado competitivo.

A avaliação como instrumento de medição de aprendizagem, também pode ser considerada injusta, visto que desconsidera as singularidades de cada aluno. No interior de uma sala de estudos, há uma diversidade imensa de culturas, cada educando nasceu em contexto social diferente, com uma família e cultura divergente dos demais, alguns na favela oriundos de pais negros, outros em famílias de origem nobre e religiões das mais distintas. O que a escola propõe é a avaliação de todos estes educandos de forma excludente, de modo que a mesma avaliação seja dirigida a todos, mesmo cada aluno sendo diferente. Este modo de avaliar desconsidera a diversidade de culturas e a diferença entre os seres humanos, uma vez que adota o modelo sistemático e padronizado, que se aproxima das formas técnicas de medição de conhecimentos, utilizada na seleção de um emprego, no atual modo de produção. Nesta perspectiva, podemos aferir que a escola atua fortemente na conservação da atual ordem social desigual, uma vez que a mesma se apropria da linguagem utilizada pelas elites, garantindo o sucesso escolar apenas daqueles que possuem o capital cultural.

Considerações finais

Fazendo um retrospecto do que foi apresentado neste ensaio, podemos retomar brevemente alguns aspectos bastante frisados como a organização do trabalho na nossa sociedade, a exploração do homem através do trabalho alienado, e o papel da educação enquanto aparato ideológico de Estado e sua contribuição para a reprodução e manutenção do *status quo* vigente. Diante destas afirmações, surge uma importante indagação que não pretendemos resolver neste artigo, mas que deixamos em aberto para a possibilidade de novos debates e pesquisas, mais profundos e coerentes do que este simples esboço. Este questionamento consiste no seguinte: se a sociedade capitalista é caracterizada pelo trabalho alienado, fragmentado e apropriado pelo outro que não o seu produtor, e uma vez que a escola atual não prepara os indivíduos para questionarem a ordem vigente, mas para aceitarem tal sociedade como boa e desejável, reproduzindo ideologicamente as desigualdades, enfim, preparando como afirma Paro (1999) para o trabalho alienado, torna-se plausível o seguinte paradigma: seria a educação uma forma de preparação para a negação do homem ou da essência humana?

Como já mencionamos, não pretendemos aqui e agora esgotar o debate respondendo a tal questionamento, nem afirmar tal questão como verdade absoluta e imutável. O nosso objetivo foi suscitar um mínimo de dúvidas em relação ao papel da educação em nossa

sociedade. Não passa pelo nosso pensamento querer sequer cogitar a hipótese de que a escola e a educação são as únicas vilãs da sociedade capitalista. O que pretendemos é colocar em dúvida se a educação que temos é realmente uma educação voltada para a transformação ou para a negação do homem. Cabe reafirmarmos que a educação, nesta sociedade tem fins e objetivos específicos, que podem ser encontrados no currículo e nos documentos norteadores da educação, bem como no currículo oculto⁵, que está presente mesmo que de modo subliminar no contexto educativo.

Gramsci (1982) suscita que para resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho deve haver a separação entre *homo faber* e *homo sapiens*, para que assim aconteçam de fato as possibilidades criativas e emancipatórias verdadeiras da educação.

Não podemos negar que à educação cabe o desenvolvimento de um papel ímpar, que consiste na transmissão de toda a gama de conhecimento historicamente acumulados, e que sem educação não existiria história humana. Através da atividade do trabalho o homem produz história e através da educação é que essa história é transmitida a todo o conjunto de homens.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora vozes, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 44ª ed. Brasiliense, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A educação para além do capital**: István Meszaros. Tradução Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁵ Para uma melhor compreensão deste conceito, estudar a obra: “A economia política do currículo oculto” in “O que produz e o que reproduz em educação” de Tomaz Tadeu da Silva, 1992.

KLEIN, L. R. e KLEIN, B. L. **Ontologia humana e trabalho alienado**. In VENDRAMINI, C. R. e MACHADO, I. F. (Org). Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**: crítica da economia política. Volume I, 2ª edição. Coleção os economistas. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Disponível em: http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho_alienado_-_Karl_Marx.pdf. Acesso em: 10/08/2013.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital e Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Parem de preparar para o trabalho!!!** Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA PINTO, Alvaro. **Sete lições sobre Educação de Adultos**. 6ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.